



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-eixo: Ênfase em Trabalho profissional.

TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO SERVIÇO SOCIAL: UM ESTUDO DE TRABALHOS APRESENTADOS NOS CONGRESSOS BRASILEIROS DE ASSISTENTES SOCIAIS

Ubiratan de Souza Dias Junior¹
Tania Maria Ramos de Godoi Diniz²

Resumo: Trata-se de resultado de pesquisa de mestrado sobre as Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC no Serviço Social brasileiro, a partir dos anais dos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (1971 a 2016). Apresenta-se o Governo Eletrônico como propulsor da relação entre a profissão e as TIC.

Palavra-chave: Serviço Social; Tecnologias da Informação e Comunicação; Governo Eletrônico.

Abstract: This is a result of a master's research on Information and Communication Technologies (ICT) in Brazilian Social Service, from the annals of the Brazilian Congresses of Social Workers (1971 to 2016). Electronic Government is presented as a driver of the relationship between the profession and ICT.

Keyword: Social Service; Information and Communication Technologies; Electronic Government.

INTRODUÇÃO

A atual conjuntura do Brasil tem impulsionado a (re)pensar o papel das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) - na relação estabelecida com o Serviço Social (IAMAMOTO, 2015), Estado (MANDEL, 1982) e sociedade civil (DURIGUETO, 2007). A recente informatização das políticas sociais, nas intermediações dos direitos sociais e nas relações sociais da vida cotidiana, tem despertado e chamado a atenção para o lugar das finalidades das TIC.

Esta pesquisa propôs buscar nos trabalhos apresentados nos Congressos Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), pistas para a apreensão da relação do Serviço Social com as TIC. Trata-se de uma análise documental com o objetivo de mapear o debate sobre as TIC no Serviço Social brasileiro, identificando elementos que possibilitam apreender esse diálogo, a partir dos CBAS.

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: <suzerica.h@gmail.com>.

² Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: <suzerica.h@gmail.com>.

De maneira geral, entende-se que o CBAS³ é um espaço que privilegia a sistematização do trabalho profissional. Este evento não tem uma vinculação acadêmica (embora alguns trabalhos sejam fruto desta trajetória), e sim pretende retratar a realidade profissional nos espaços sócio-ocupacionais.

Entende-se as TIC como expressão de características objetivas e subjetivas, seja no âmbito das ferramentas computacionais presentes no universo profissional, seja relacionada ao teor político que significam essas ferramentas, seja nos campos de trabalho, políticas sociais e nos planos globais econômicos, como por exemplo o caso das estratégias do governo eletrônico.

O resultado aqui apresentado refere-se à apresentação do mapeamento realizado, assim como com os principais elementos do debate do tema travado na história do CBAS (1971-2016).

O CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS

O Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - CBAS⁴ - é o maior evento nacional da categoria profissional e conta com participação de docentes, discentes, assistentes sociais e outros profissionais. Segundo o Conselho Federal de Serviço Social – CFESS⁵ - “o CBAS é um importante momento de organização política da categoria” e tem sido pioneiro nos rumos do Serviço Social brasileiro.

O universo da pesquisa compreendeu a realização de 15 Congressos. Utilizando a metodologia⁶ de pesquisa nos anais impressos (do I ao X CBAS), e nos CDs produzidos. A partir do XI CBAS, elegemos algumas palavras-chave e, a partir delas, pesquisamos um total de 6440 trabalhos submetidos, e desses encontramos 53 trabalhos que dialogam com o objeto da pesquisa. É possível notar que dos 15 CBAS a palavra-chave:

- a. **Informática:** encontrada em 4 (quatro) trabalhos.
- b. **Informação:** encontrada em 13 (treze) trabalhos.
- c. **Informatização:** encontrada em 1 (um) trabalho.

³ Embora a opção pelo CBAS tenha sido de atingir um determinado público, existem outros espaços que também privilegiam sistematizações do trabalho profissional, como ENPESS, periódicos científicos e outros.

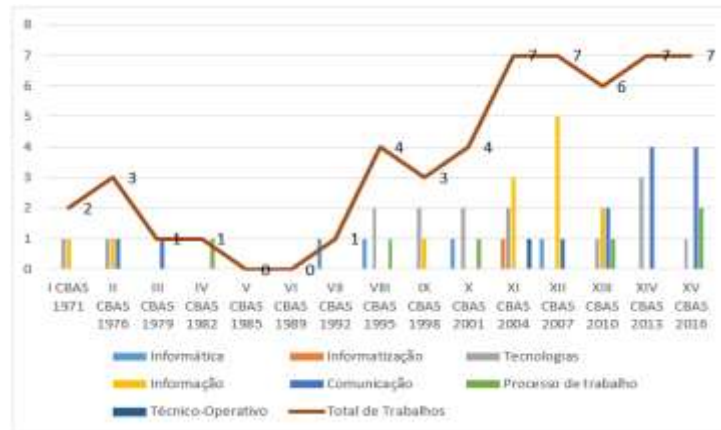
⁴ O CBAS com denominação de Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais teve sua primeira versão em 1971. Ele não nasce do acaso, mas é fruto de um movimento anterior que era organizado como pré-congressos internacionais, cuja intitulação era Congresso Brasileiro de Serviço Social.

⁵ Disponível em <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1289>. Acessado em 06/03/18.

⁶ A primeira classificação dos trabalhos pesquisados, foi através de filtro, considerando as seguintes palavras-chave: Informática; Informatização; Tecnologias; Informação; Comunicação; Processos de trabalho e dimensão técnica operativa. Entende-se serem estas as palavras-chave que possibilitaram a identificar os trabalhos que se aproximariam dos elementos centrais desta pesquisa. Nos anais impressos, utiliza-se a leitura diagonal e nos anais digitais, a partir do Título, Resumo e Palavras-Chave.

- d. **Comunicação:** em 13 (treze) trabalhos.
- e. **Tecnologias:** em 15 (quinze) trabalhos.
- f. **Técnico-Operativo:** em apenas 1 (um) trabalho.
- g. **Processo de trabalho:** em 6 (seis) trabalhos.

GRÁFICO 1 - Consolidado geral da pesquisa.



A partir do Gráfico acima apresentado, é possível notar que, dos 15 Congressos, somente em seis não apareceram a palavra tecnologia, sendo que desses encontramos Comunicação e Informática, que dialoga com tecnologia. Nota-se que há uma crescente produção sobre o tema no decorrer dos anos. Observa-se que os temas dos trabalhos têm reflexo direto com a conjuntura em que eles estão submetidos, e, nesse sentido, apresentaremos aspectos conjunturais que contribuiram para este cenário.

Com base na sistematização realizada, foram separadas ideias forças a partir dos achados da pesquisa. Os principais elementos trazidos pelos autores foram considerados dentro dessas “ideias”, de modo a construir respostas a hipótese que afirma o relacionamento das TIC (em suas variadas formas) com o Serviço Social. Em um segundo momento, trazemos a ideia força dialogada com a conjuntura. Essa metodologia nos possibilita apreender a dialética existente entre as potências e dilemas que o tema apresenta nas suas diversas formas.

ASPECTOS CONJUNTURAIS QUE MOTIVARAM OS CBAS

Vinha se questionando, desde a década de 1950, o Serviço Social na América Latina, culminando em 1965 com o Movimento de Reconceituação Latino-Americano, caracterizado por diversas perspectivas, correntes teóricas e metodológicas que problematizavam o Serviço Social tradicional. Seus frutos podem ser observados nas tendências de projetos de profissão em disputa, a partir do primeiro CBAS e “suas vertentes mais críticas que desvelaram o papel

político da profissão e questionaram os referenciais a-históricos e acríticos que a influenciaram.” (BARROCO, 2012, p.40).

O II Congresso Brasileiro de Serviço Social ocorreu em 1961. No ano seguinte, em 1962, instituiu-se a regularização da profissão e criação do Conjunto CFESS/CRESS (na época, CFAS/CRAS). Em 1965, estabeleceu-se o caráter legal do Código de Ética que atualizou o de 1947 (que não tinha caráter legal); Foi introduzida a condição de trabalho do/a assistente social como profissão liberal; houve um avanço teórico e metodológico na sua concepção e levou a captura de um movimento tímido, ainda, de renovação profissional no contexto da modernização conservadora posta pela classe dominante; introduziu valores liberais, sem romper com a base filosófica neotomista e funcionalista e inseriu os princípios do pluralismo, da democracia e da justiça, ainda numa concepção liberal (BARROCO, 2012).

Em 1971, ocorreu o I CBAS. Nesse encontro foi possível identificar trabalhos com as palavras-chave Tecnologia e Informação. Constatou-se que desde então já se problematizava as TIC no contexto do debate dos sistemas de indicadores sociais, que anos depois, ganharia outro formato.

Em 1975, publicou-se o III Código de Ética Profissional; foram suprimidas as referências democráticas-liberais do Código anterior, configurando-se como uma das expressões de reatualização do conservadorismo profissional no contexto de oposição e luta entre projetos profissionais que antecederam o III CBAS. Além disso, foi retirado o dever relativo ao pluralismo (BARROCO, 2012). Cabe dizer que essa atualização foi realizada em plena ditadura militar no Brasil.

No ano seguinte, em 1976, o II CBAS foi realizado. Nesse congresso, encontramos trabalhos com as palavras-chaves: Tecnologia, Informação, Comunicação e Indicadores Sociais. A presença de TIC nos Anais inicialmente estava associada à teoria sistêmica que, no contexto da ditadura militar, constituía-se como uma possibilidade de análise social da realidade. Essa teoria foi o pilar para a construção dos sistemas de indicadores sociais, “novas” formas de se “observar” a realidade social através da quantificação/números do desenvolvimento de comunidade que estava em efervescência.

Este era o reflexo do cenário social em crescimento e, “em termos demográficos, o país cresceu: o censo de 1970 contava 93 milhões de habitantes e a população tornara-se predominantemente urbana.” (NETTO, 2014, p.145). Com essa expansão desenfreada, “a população aglomerada em áreas desprovidas de serviços essenciais (provisão de água potável, sistema de esgotamento sanitário) ampliou-se em escala ponderável.” (NETTO, 2014, p.145-146). Pode-se notar que, pela produção encontrada nestes dois CBAS, cuja vinculação estava relacionada com as diversas políticas “governamentais”, a tendência de quantificação desta expansão urbana estava colocada.

A construção e/ou referência de uma “teoria” que pudesse quantificar os dados sociais era uma emergência posta pela conjuntura. Nos trabalhos em questão, nota-se pouco aprofundamento crítico e político na busca da construção dos sistemas/modelos de indicadores sociais. Entende-se como hipótese da ausência de criticidade nos trabalhos pesquisados, o regime militar em vigência que censurava a produção da esquerda e a ausência de uma corrente crítica hegemônica. Importante frisar que havia um movimento de resistência que no CBAS seguinte viraria um marco na profissão, implementando uma criticidade fundamental para a profissão.

O III CBAS (Congresso da Virada) instaura um modelo mais participativo, crítico e político. A relevância de um movimento democrático e participativo se fazia necessária⁷, tanto no interior da categoria profissional como na urgência de efetivação de um projeto de profissão que dialogasse com as profundas mudanças políticas ocorridas na década de 1970.

A partir do III CBAS, no interior de um cenário de (re)democratização e construção do país, se nota a predominância da concepção política da profissão que aponta para um projeto de profissão que rompa com a sociabilidade do capital. Como ideia força colocada neste congresso, destacamos a necessidade de criar canais de comunicação, conforme relato do trabalho pesquisado.

Se por um lado, vinha-se com a perspectiva técnica da profissão, a partir daqui é possível notar que o trabalho profissional precisava “avançar” na relação com a sociedade. Nesse sentido, instaura-se a concepção de comunicação a partir do compromisso social que se firma. Nessa década, Iamamoto e Carvalho (1982)⁸ foram fundamentais para a compreensão da profissão a partir dessas contradições, principalmente o seu papel na sociedade capitalista.

A partir da década 1980, emerge o debate sobre a perspectiva política e compromisso social da profissão⁹, seja na organização política e partidária profissional, seja na vinculação política societal. Os CBAS dessa década estão mais vinculados à “Realidade brasileira e ao Serviço Social”, Movimentos populares; Sindicalização; Salário Mínimo Profissional; Características do Governo Tecnocrático além da provocação do Octavio Ianni (conferências do IV CBAS), ao dizer que “o discurso dos governantes não é político, mas sim elaborações administrativas”, o qual nos sinaliza algumas tendências que veremos no projeto neoliberal.

⁷ Fruto disso, o Código de ética Profissional de 1986 contou pela primeira vez com a participação coletiva na sua construção, por meio de suas entidades representativas.

⁸ Ainda que presente na forma de debates, mesas e outras exposições, a compreensão da teoria social crítica marxista foi ganhando espaço. No ano de 1982 o livro “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil” foi lançado, tendo como principal contribuição a perspectiva crítica profissional na sociedade de classe.

⁹ Sobre esse tema, um marco importante para se compreender esse processo, são os Código de Ética Profissional (1947, 1965, 1975, 1986 e 1993). É possível vermos essa transformação de concepção da profissão por meio dos Códigos de Ética. Ver mais em BARROCO (2012).

Nesta década, em 1984, a Lei nº 7232/84 que dispõe sobre a Política Nacional de Informática foi promulgada. O principal objetivo desta lei era o de estimular o desenvolvimento da tecnologia nacional por meio do estabelecimento de uma reserva de mercado para as empresas de capital nacional, impedindo a entrada de companhias internacionais de tecnologia no país. Esse mercado reservado, instaurado por lei, perdurou por oito anos, até 1992, e, na prática impediu a concorrência entre a indústria nacional praticamente obsoleta e as empresas internacionais, sendo apontado como responsável pelo atraso tecnológico das empresas nacionais.¹⁰

Em 1985, se realizava o V CBAS, no qual não se destacam trabalhos com palavras chaves e nota-se a produção voltada a: acumulação de força política; Estado no Capitalismo Monopolista; O Serviço Social nas relações sociais e movimentos populares alternativos das políticas sociais e a organização da categoria.

É perceptível que “a mudança na correlação de forças entre o regime e a oposição democrática vai ocorrer no primeiro terço da década de 1980 – em proveito da oposição democrática” (NETTO, 2014, p. 211-2012). Isso significa dizer que o projeto de profissão balizada na democracia¹¹ começa a ser instaurado.

É esta alteração que converterá o projeto de autorreforma do regime em um processo que abrirá o caminho para a restauração democrática, tortuoso e truncado processo que determinará o fim do Estado de segurança nacional somente com a promulgação da Constituição de outubro de 1988, com o intermezzo da “nova república”. (...) E foi justamente o protagonismo do movimento dos trabalhadores que operou a alteração da correlação das forças políticas na sociedade brasileira, afetando substantivamente o projeto de autorreforma da ditadura e tornando-o um processo de democratização. (...) no plano da organização dos trabalhadores, os avanços resultantes do processo de lutas que vinha de 1978 expressou-se claramente em agosto de 1981, quando se realizou, em São Paulo, a Primeira Conferência das Classes Trabalhadoras/ CONCLAT. (NETTO, 2014, p. 211-212)

Há outros cenários dentro dessas décadas que influíram diretamente na organização política dos trabalhadores, como as eleições de 1982 que mobilizaram o país, e uma nova conjuntura democrática que se instaura mesmo às avessas; as “diretas já” e o isolamento do regime pelo descrédito da política econômica e a promulgação da Constituição de outubro de 1988 (NETTO, 2014).

Em paralelo a isso, em 1986, o IV Código de Ética é aprovado pela categoria. Nesta versão, descaracterizou-se a tendência legalista do código anterior, politizando a sua natureza de documentos construídos coletivamente pela categoria por meio de suas entidades representativas. O Código de Ética passava a se vincular como parte de um projeto profissional, articulado a um projeto de sociedade e, nesse sentido, cabem alguns destaques:

¹⁰ Fonte: <http://www.ufpa.br/dicas/net1/int-hbr.htm>. Acessado em 11/07/2018.

¹¹ Embora no Código de Ética de 1965 se instaura um modelo de democracia liberal, no Código seguinte (1975) há a supressão desta democracia, e compreende-se a democracia a partir da perspectiva da democracia popular.

a dimensão política da profissão foi explicitada de forma objetiva a uma nova ética e a um compromisso com as necessidades e os interesses dos usuários do Serviço Social: a classe trabalhadora; tradição marxista; a nova ética se referia à superação do tratamento abstrato e a-histórico dos valores éticos; o rompimento com a pretensa perspectiva “imparcial” dos códigos anteriores; o desvelamento do caráter político da intervenção ética; a explicitação do caráter de classe dos usuários, antes dissolvidos no conceito abstrato de pessoa humana; a negação de valores a-históricos: a recusa do compromisso velado ou explícito com o poder instituído; A direção explícita do compromisso profissional com a realização dos direitos e das necessidades dos usuários, entendidos em sua inserção de classe (BARROCO, 2012).

Em 1988, a promulgação da Constituição Federal coloca “novas bases para o atual Sistema de Proteção Social brasileira, com o reconhecimento de direitos sociais das classes subalternizadas em nossa sociedade” (YAZBEK, 2018, p.99). Embora esse seja um marco,

É necessário ressaltar o fato de que a Constituição Brasileira surge em um momento histórico em que no capitalismo global ocorrem profundas transformações com a reestruturação produtiva e a nova hegemonia liberal financeira. Assim sendo, a Constituição de 1988 é promulgada em uma conjuntura dramática, dominada pelo crescimento da pobreza e da desigualdade social no país, que vê crescer sua situação de endividamento. (YAZBEK, 2018, p. 99)

Em 1989 acontece o VI CBAS. Não são encontrados trabalhos que versem sobre a pesquisa, e o debate continua sobre a organização política da categoria profissional. Nesse ano também, após promulgação da Constituição de 1988, ocorre o denominado Consenso de Washington que significa a defesa do mercado livre, Estado mínimo, reformas estruturais, e interferências diretas nas políticas sociais que assumem um caráter economicista.

No Brasil, é eleito o primeiro presidente por voto direto depois do período ditatorial, Presidente Fernando Collor de Mello cujo mandato durou somente 2 anos (1990-1992). Esses dois anos foram recheados de situações, tais como: aumento da inflação; baixa do salário mínimo; pior safra de produção agrícola; alteração da Constituição com o programa de privatização; corrupção, dentre outras (VIEIRA, 2015).

Admitido por muitos como fracasso, a Rio-92 foi um marco para a tecnologia no Brasil. A ONU doou máquinas para acelerar o processo de desenvolvimento tecnológico (principalmente estrutura), pois precisava ligar os delegados do Rio aos de SP para troca de mensagens¹². Esse foi o primeiro evento no Brasil a contar com a internet. Foi o marco para o fim da lei que proibia a importação de tecnologias estrangeiras e abriu o mercado nacional para a importação. Esse movimento foi o propulsor para o acesso nacional à internet.

¹² A fonte destes dados foi apresentado por Nilton Kleina em 01/05/2018. Fonte: <https://www.tecmundo.com.br/mercado/129792-tudo-comecou-historia-internet-brasil-video.htm>

A cena brasileira apresentava diversas questões. A saúde pública aumentava sua demanda¹³. Vieira (2015, p. 503) vai dizer que “deve-se lembrar que a complicada situação da Saúde Pública se arrastou e se agravou a cada governo”. (ibidem)

Em 1992, ocorreu o VII CBAS no qual encontramos a palavra-chave informática, em um trabalho que tinha vinculação “os serviços assistenciais”. A apreensão sobre a informática, conforme o autor, se deu “como alternativa para melhorar a eficiência dos serviços assistenciais nas reservas indígenas” (SCOLARI, 1992). No ano seguinte, foi promulgada a Lei 8662 de 7 de junho de 1993, que dispõe sobre a profissão de Assistente Social. Nesse ano o V e atual Código de Ética entra em vigor.

Ocorreu num cenário de enfrentamento do neoliberalismo, em meio ao surgimento da questão ética como tema de mobilização política da sociedade e de um longo processo de debates que revelou a disputa entre as tendências profissionais que, por um lado, buscavam preservar as conquistas objetivadas em 1986 e, por outro, pretendiam a sua regressão. (BARROCO, 2012, p.49)

Em termos conjunturais, a perspectiva heteronômica brasileira encarna no governo de FHC (1995 - 2003), na formação econômica e política brasileira. Eles “governaram principalmente para fora do Brasil, para o exterior ver, e bem menos para dentro do país, onde estavam os brasileiros. A reforma do Estado valeu, de maneira especial, para a privatização dos serviços públicos” (VIEIRA, 2015, 677-678).

A partir desta década, em especial, do VIII CBAS (1995), é possível notar o aumento da produção de trabalhos com vinculação ao tema desta pesquisa. Pressupõe-se que este aumento é fruto do desenvolvimento tecnológico em curso naquela década, a partir da popularização do acesso aos microcomputadores e à rede mundial (*internet*) no Brasil.

Em 1996, a gestão do CFESS lançou a campanha “A beleza está nas ruas” o qual estimulou o debate sobre a comunicação no Serviço Social. Essa campanha foi embrionária para a Política Nacional de Comunicação do Conjunto CFESS/CRESS. Dois anos depois, o IX CBAS contou com os trabalhos voltados à relação do Serviço Social com as TIC. Houve um retorno sobre a perspectiva sistêmica dentro do Serviço Social e o debate do pluralismo. Imprimiu-se também a “intervenção na modelagem” a partir da concepção de ressignificação desses modelos “gerenciais”.

O CBAS de 2001 (X CBAS) foi o marco da discussão sobre a comunicação no Serviço Social, iniciando a elaboração da primeira versão da Política Nacional de Comunicação. Observa-se a internet como componente desta conjuntura e o uso pelo Serviço Social. Ainda nesse congresso observa-se a vinculação dos trabalhos com a política social de saúde.

¹³ Antes da Constituição Federal de 1988, só tinha acesso a saúde pública os trabalhadores de carteira assinada. Os que não tinham carteira assinada procuravam as beneficências de modo a acessar o cuidado com a saúde. Após a Constituição de 1988, a saúde pública se torna direito de todos.

Em 2003, o Governo Lula assume a Presidência da República e “conciliou as reivindicações sociais (privando-as de mobilizações necessárias e criativas) e as expectativas e pavores do mercado econômico-financeiro” (VIEIRA, 2015, p. 800).

O XI CBAS (2004) contou com o maior índice de trabalhos encontrados, tendo em vista a metodologia desta pesquisa, cujos objetos dos trabalhos estavam vinculados a algumas políticas sociais, tais como: Segurança Pública; Saúde e Previdência Social. Nesse ano também é implementado o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

O ano de 2007 foi a realização do XII CBAS que manteve a quantidade de trabalhos da edição anterior. Destaca-se a ligação com as políticas sociais de Assistência Social, Saúde, Educação e Previdência Social. Cabe dizer que a atenção às informações sócio-espaciais apareceu nesse CBAS, o qual se indica a vinculação direta com as ferramentas computacionais de geoprocessamento e georreferenciamento. Entendemos ser a normativa do SUAS que impulsionou a atenção ao território e a produção voltada para a Política de Assistência Social. Nesse ano, no âmbito do Conjunto CFESS/CRESS, foi publicada a primeira versão da Política Nacional de Comunicação.

Em 2010, aconteceu o XIII CBAS que demonstrava a vinculação com a política de assistência social. Nesse ano foi lançada a segunda versão da Política Nacional de Comunicação do Conjunto CFESS/CRESS e o debate da democratização da comunicação a partir dos princípios do Código de Ética. Em 2011, a Lei 12.527 – Lei de Acesso à Informação – LAI - foi criada e entrou em vigor no ano seguinte. Esta lei regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas.

Em 2012, foi implementada a Vigilância Socioassistencial por meio do SUAS, cujo objetivo é a produção, sistematização, análise e disseminação de informações territoriais. É possível notar as ideias forças do XIV CBAS que colocam alguns parâmetros do “controle gerencial” na gestão dos dados sociais.

Em 2014, entra em vigor o Marco Civil da Internet que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil. Esse marco civil foi consequência da Lei de crimes cibernéticos (Lei 12.737 de 2012, que dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos).

O ano de 2016 foi a realização do último CBAS (XV CBAS) até o presente momento da pesquisa. No âmbito do conjunto CFESS/CRESS, neste ano é publicada a terceira versão da Política Nacional de Comunicação do Conjunto CFESS/CRESS.

De maneira geral, avalia-se que a conjuntura influenciou diretamente na produção dos trabalhos dos CBAS, no tocante aos temas trabalhados e/ou perspectivas política-profissional-institucionais. De forma sintética, Vieira (2015, p.808-811) resume a perspectiva conjuntural da série histórica desta pesquisa, ao dizer que:

Com o golpe militar de 1964, instala-se outra configuração da República Brasileira, sob forma de ditadura civil-militar por 21 anos, convertendo a política social em estratégia de desmobilização social, sem qualquer representatividade nos órgãos do setor, porquanto ela foi adotada como investimento ou encargo, pago mais uma vez por quem já recolhia impostos. Essa estratégia de fazer política social fator de desmobilização social perdura por governos posteriores ao encerramento, diga-se formal, da ditadura militar em 1985. Veja-se que não há mudança substancial nos governos da intitulada "Nova República" relativo à Educação, Saúde Pública, Habitação Popular, Previdência Social, Assistência, Alimentação, Criança e Adolescente. (VIEIRA, 2015, p. 808-811).

A partir dos fragmentos conjunturais do contexto histórico brasileiro que sinalizam para uma maior compreensão da leitura do movimento do real na relação entre as TIC e o Serviço Social.

CONCLUSÃO

Cabe registrar que, no início da pesquisa, tinha-se como pressuposto um entendimento de que o avanço das TIC no Brasil ocorreu na década de 1990, com o advento da internet e a popularização do acesso aos microcomputadores. Todavia, encontramos desde o primeiro CBAS, produções que envolviam alguns elementos que se entendem como iniciais das TIC na relação com o Serviço Social.

É possível utilizarmos como estratégia essas tecnologias da informação a favor do projeto de sociedade que defendemos, porém vai exigir de nós um trabalho redobrado: apropriação do novo e resgate do velho. Em outras palavras, devemos nos debruçar feroz e criticamente sobre a natureza dessas tecnologias, a origem e destino, ferramentas para encontrarmos estratégias de operar intencionalmente à luz da matriz teórica-metodológica que nos nutre, para que não caiamos no erro de reproduzir “o lógico” e entrar no modelo planejado que, construído sobre a hipotética lógica das ciências sociais, limita a nossa intervenção profissional.

De forma geral, a relação com as formas de gestão e organização política também vai ditar as possibilidades e dilemas colocados ao profissional do Serviço Social, além da apropriação das ferramentas existentes que o mesmo opera nos campos de trabalho. Temos que tensionar e problematizar os modelos implementados de forma a garantir a participação social neste processo imprimindo-o no horizonte da defesa dos direitos sociais.

Trata-se de demandas profissionais que desafiam os assistentes sociais a formular respostas profissionais na interlocução das dimensões teóricas, técnicas, éticas e políticas, na perspectiva da competência crítica diante das exigências burocráticas e administrativas que lhe são requeridas, de modo a não sucumbir ao discurso dito competente, autorizado e requisitado pelas instâncias burocráticas das instituições empregadoras e governamentais.

É notório que esses impulsos tecnológicos partem da burocratização e da dimensão administrativa dos processos de trabalho, nas suas múltiplas determinações de gestão. Essas tendências estão, a grosso modo, para monitoramento e controle social e, a “autonomia relativa” dos/as assistentes sociais fica rendida diante das possibilidades ditadas na forma de sua contratação. A capacitação crítica tecnológica é uma urgência que devemos colocar na agenda profissional. O uso das TIC deve estar nas perspectivas dos sujeitos que atendemos, devendo dar voz a esses sujeitos a partir das nossas habilidades e competências. Por isso, a necessidade de nos apropriarmos para direcionar essas tendências em favor da classe trabalhadora.

A pesquisa possibilitou identificar que, na verdade, a relação vem ocorrendo a partir dos incrementos tecnológicos para a gestão social, reflexo dos estilos de administração pública, que em sua grande parte são operados pelos assistentes sociais. Outro elemento que contribui para essa relação é a Política Nacional de Comunicação do Conjunto CFESS/CRESS que estimula o debate acerca da comunicação, a qual perpassa os instrumentos de manuseio.

No que se refere a sua estrutura política, compreendemos como estratégia do neoliberalismo a expansão do grande capital ao estímulo das tendências de estilo governamental mediadas pelas TIC. Embora admitamos pensar avanços democráticos nessa relação, predomina a preocupação no uso das informações sociais e no policiamento nas expressões culturais da classe trabalhadora. Esta contradição, que ao mesmo tempo possibilita dar voz a esses sujeitos, também controla o seu acesso e intercâmbio em sua liberdade social.

A partir disso, no tocante aos desafios ético-políticos que as tecnologias da informação e comunicação propiciam aos profissionais, retomamos os princípios do código de ética que devem ser balizadores para o uso crítico das TIC, assim como nossa apropriação para um verdadeiro uso estratégico a favor da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Código de Ética do/a Assistente Social**: Comentado. São Paulo: Cortez, 2012.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e Serviço Social**: Fundamentos Ontológicos. 8ed. São Paulo: Cortez, 2010.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Atribuições Privativas do(a) Assistente Social**: Em questão. 1º Edição Ampliada. Brasília, 2012.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Sociedade Civil e Democracia**: um Debate Necessário. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche**: Capital Financeiro, trabalho e questão social. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio** : Introdução de Paulo Singer. Tradução Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

NETTO, José Paulo. **Pequena História da Ditadura Brasileira**: 1964-1985. 1. ed. São Paulo: CORTEZ, 2014.

VIEIRA, Evaldo. **A República Brasileira 1951-2010**: de Getúlio a Lula. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

YAZBEK, Maria Carmelita. Proteção Social e Crise no Brasil Contemporâneo. In: RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE, Valéria. (Orgs.). **A Nova Morfologia do Trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.